



Guiné-Bissau
República da Guiné-Bissau Secretaria de Estado do Ambiente
Direção Geral do Desenvolvimento Durável

**Projeto de Reforço de Capacidades e de Engajamento Civil e Político na Gestão dos Recursos
Naturais**

Relatório Anual

Bissau, 28 de Dezembro de 2014

I - Contexto político económico e social

A aprovação pela Assembleia Nacional Popular (ANP) do programa de governação da IX legislatura (2014-2018) e os respetivos Orçamentos Gerais do Estado para 2014 e 2015 representa não só um marco importantíssimo para a estabilização política e governativa do País como também deixa um sinal de confiança forte junto dos nossos parceiros internacionais.

A nível económico, segundo as fontes do Banco Mundial, prevê-se que o PIB cresça 2,6% em 2014 e 4% em 2015. Entretanto, espera-se que a recuperação da económica se faça através de um melhor controlo e arrecadação das receitas fiscais do estado.

Nesta perspectiva, o governo está já a preparar a próxima campanha de comercialização da castanha de caju. As previsões do Ministério do Comércio para o ano de 2015 apontam para uma exportação da castanha na ordem de 200 Mil Toneladas, ou seja mais de 50 Mil toneladas em relação ao ano de 2014. Assim, as medidas previstas pelo governo vão no sentido de melhorar o preço da castanha ao produtor e em consequência melhorar o nível de vida das populações rurais.

Convém ainda sublinhar que a organica da Secretaria do Estado do Ambiente ficou alterada com a criação da Direção-geral do Desenvolvimento Durável. Esta nova direção, sob a administração direta do Secretario de Estado, tem entre outras atribuições acompanhar a execução deste projeto que se enquadra na gestão durável dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

II - Resultados registados nos domínios de intervenção do projeto

Resultado 1 do Projeto - Os decisores políticos a nível nacional e regional assim como os quadros encarregues da gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis possuem conhecimento científico, jurídico e comercial ligado a gestão duráveis dos recursos naturais.

É importante mencionar que as metas anuais não foram cumpridas, devido ao início tardio do projeto. No entanto, os objectivos intermédios foram atendidos. No âmbito deste resultado e em conformidade com os planos de trabalho apresentado foram realizadas algumas atividades com vista a atingir as metas previamente fixadas nomeadamente:

- a elaboração dos Termos de Referencia para a formação dos quadros da SEA e da CAIA sobre a gestão dos recursos naturais; e
- a apresentação de um programa proposta de formação partilhada pelas instituições partes do projeto bem como a composição de uma lista dos potenciais participantes.

Resultado 2 do Projeto: As instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis nomeadamente CAIA, SEA, DGFF, DGGM, DGRH e SEPEM dispõem de um mecanismo de coordenação intersectorial e ferramentas básicas para uma melhor tomada de decisão.

No âmbito deste resultado foi realizado varias atividades com vista a atingir as metas previamente fixadas nomeadamente:

- ✓ a elaboração dos Termos de Referência e a contratação de um Consultor internacional para a realização do estudo sobre a avaliação da governança ambiental no país;
- ✓ a elaboração dos termos de referência para a atualização dos guias setoriais de avaliação do impacto ambiental; e
- ✓ a elaboração dos termos de referência para a realização do estudo sobre o género e gestão dos recursos naturais

Com o objetivo de melhorar a programação das atividades do projeto e a apresentação dos relatórios foi realizada uma ação de formação sobre a gestão baseada nos resultados. Esta ação de formação teve lugar em Gabu e contou com a participação da responsável do projeto e de um técnico da Celula de Avaliação Ambiental (CAIA).

Os Termos de Referência do Comité de Pilotagem (CP) do Projeto, foi aprovado no atelier de lançamento do projeto e no mesmo evento foi apresentado o PTA que foi agendado a sua aprovação na primeira reunião do CP prevista para a segunda metade do mês de janeiro de 2015. Igualmente foram constituídos os membros do CP e designados os pontos focais das diferentes instituições.

III – Consideração dos aspetos transversais

- Conforme consta no documento do projeto as questões transversais tais como os direitos humanos, o VIH/SIDA serão integradas na preparação do currículo das formações previstas;
- uma atenção cuidada do projeto com incidência no reforço de capacidades e gestão dos recursos naturais é fundamental e necessária para a mudança da mentalidade dos diferentes grupos permitindo-lhes assim adotar uma nova postura em matéria de gestão dos recursos naturais.
- o princípio de desenvolvimento durável considerado irá oferecer novos valores aos processos de democratização da sociedade que induzem a participação direta das comunidades na gestão dos seus recursos naturais e erradicar da pobreza.

IV - Performance registada na gestão dos fundos

Devido em parte ao atraso no início das atividades do projeto reduziu consideravelmente a probabilidade no cumprimento da programação do primeiro ano. Deste modo, as atividades previstas no Plano de Trabalho Anal para 2014 não foram praticamente realizadas como consequência o orçamento foi revisto e a grande maioria das ações previstas foram transferidas para o ano 2015.

Convém mencionar as revisões orçamentais efetuadas com vista a atender a participação do Chefe do Programa do PNUD para uma missão no exterior em Adis Abeba bem como a participação da responsável do Projeto e de um técnico da CAIA para um seminário de formação em Gabu.

No geral a performance do projeto no ano 2014 foi relativamente baixa devido ao atraso no arranque do projeto. Dos 300,000 USD planificados foi gasto 57,080.64, correspondendo aproximadamente a 19 % de execução.

V - Desenvolvimento de parcerias e mobilização de recursos

Alguns contactos foram efetuados com vista a mobilização de fundos adicionais para o projeto e o estabelecimento de parcerias nomeadamente com:

- chefe de Cluster Ambiente realizou uma reunião com o Oficial de Programa da União Europeia 28 de março de 2014, durante o qual o Oficial de Programa foi convidado a fornecer informações globais do cluster para integrar nosso programa nos deles e, em seguida, identificar as atividades de financiamento do PNUD. Oficial de Programa do PNUD apresentou um documento para esse efeito na UE 28 de maio de 2014;
- o responsável do Dossier ambiental da União Europeia durante o seminário sobre a iniciativa global da União Europeia, "Change Climate Alliance Global", realizado a 26 Maio de 2014;
- no quadro do GCCA+ concernente ao programa europeu sobre as alterações climáticas foi realizada uma reunião entre os funcionários da UE e do PNUD a 15 de Setembro de 2014; e
- com a Swissaid através de uma parceria através do grupo de trabalho de petróleo e outras indústrias Extrativas.

VI - Gestão dos riscos

Organizacional: A falta de vontade em trabalhar para o interesse coletivo e baixa cultura de comunicação e partilha da informação. Esta situação está a melhorar com o diálogo permanente que a equipa do projeto tem tido com os parceiros de implementação do projeto.

Financeiro: Indisponibilidade de fundos adicionais devido a crise financeira global. (ver capítulo - Desenvolvimento de parcerias e mobilização de recursos).

Operacional: Indisponibilidade de consultores com o perfil apropriado e com bom domínio do Português.

O problema é agravado pela epidemia de Ébola que assola alguns países da nossa costa que impediu a vinda de consultores.

No entanto o Diretor de Programa obteve uma lista de organizações expatriadas da Guiné-Bissau no Senegal, Gâmbia, Portugal, Espanha e França para a maior difusão possível de anúncios de vagas. A busca continua para aqueles que residem na Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Ele também identificou um web-site de notícias Guiné-Bissau para editais.

Ainda fim de colmatar este risco ainda a coordenação do projeto fez contratos com um grupo de consultores Cabo-Verdianos e moçambicanos uma vez que tem domínio no Português.

VII - Limitações e oportunidades

Os constrangimentos identificados na implementação do projeto são:

- As atividades do projeto começaram apenas a 15 Setembro de 2014 e, conseqüentemente atrasos no prazo de execução. Neste sentido recomenda-se que os fundos alocados ao projeto sejam disponibilizados atempadamente e os procedimentos de recrutamento sejam mais agilizado de modo a evitar os futuros atrasos no arranque do projeto;
- A mobilização dos fundos adicionais para o projeto. No capítulo V estão descritas os esforços efetuados para ultrapassar estes constrangimentos;

Quanto às oportunidades, encontramos o seguinte:

- A aprovação do Programa de governo para a IX legislatura e dos Orçamentos Gerais do Estado para 2014 e 2015 deixa um sinal de confiança forte junto dos nossos parceiros internacionais o que irá permitir certamente mobilizar recursos adicionais para o projeto;
- Possibilidade da criação de sinergia entre os diferentes projetos geridos pelo PNUD que intervêm na mesma zona (eg. Projeto OCB);
- A recente disponibilização de um Gabinete de trabalho por parte da Secretaria de Estado do Ambiente para a instalação do projeto;
- A criação e estruturação da Direção-geral do Desenvolvimento Duravel no seio da Secretaria de Estado do Ambiente com atribuições e competências próprias ligadas sobretudo a gestão durável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis;
- A aprovação dos Termos de Referencia do Comité de Pilotagem do projeto e a constituição dos seus membros;
- Visita de estudo à sub-região de molde a conhecer as experiências de boas práticas de adaptação as alterações climáticas e capitaliza-las;

VIII - Desafios, respostas e lições aprendidas

Um desafio é o de fazer com que o Estado e as comunidades se apropriam da gestão sustentada dos recursos e que existe uma vontade política para melhor conhecer e executar as disposições jurídico-legais em vigor na busca de soluções eficazes e transparente.

Outro desafio é buscar alternativas em formas de projeto para fazer face as necessidades das populações rurais e urbanas de usar os recursos naturais, sob o risco de se comprometer os objetivos do projeto. Por isso contamos o com o Estado através da administração local, o poder tradicional e outros atores chaves para tomadas de decisão e consciencialização pública.

IX - Recomendações

Eis as principais recomendações:

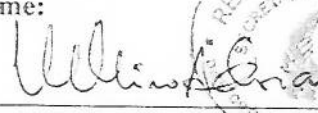

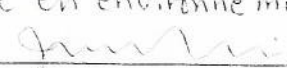
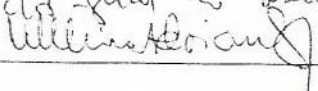

Para Governo

- Que a coordenação do projeto envida esforços no sentido de mobilizar mais fundos adicionais;
- Elaborar ideias de projetos sobre a gestão durável dos recursos destinados as comunidades locais que vivem inteiramente dos recursos naturais de modo a aumentar a consciencialização pública reduzir a pressão sobre os mesmos;
- Desenvolver capacidades e esforços nacionais e locais, identificar e preencher lacunas importantes na gestão dos recursos naturais;
- Reforçar a cooperação Sul-Sul a nível das comunidades, universidades e centros científicos de aplicação e instituições políticas.

Ao PNUD:

- Que os fundos destinados ao projeto sejam disponibilizados atempadamente e agilizados os procedimentos de recrutamento de modo a evitar os futuros atrasos no arranque do projeto;
- Que todos os procedimentos do PNUD sejam esclarecidos e bem explicados a tempo e hora ao Staff do projeto, para evitar a demora na entrega de justificativos e ou outros documentos em causa;
- Que haja reforço das capacidades técnicas do Staff do Projeto face as novas necessidades;
- Imprimir maior celeridade na realização das ações previstas no documento do projeto através de transferencias trimestriais de fundos e o recrutamento de um assistente administrativo.

• Assinatura

Para o parceiro de implementação: Apellido e Nome: Titulo: Assinatura:  		Date : 06-05-2015
Para a Gestão portefeuille : Apellido e Nome: Junko Nakai Titulo: Spécialiste en environnement et énergie Signature : 		Date : 16.06.2015
Para o Governo: Apellido & Nome: MZEIRO ADRIANO DA SILVA Titulo: Diretor-geral do Desenvolvimento Interiores Assinatura : 		Date : 06.05.2015
Para o PNUD: Apellido e Nome: Dava, Gabriel Titulo: DDA-P Assinatura: 		Date : 17.06.2015

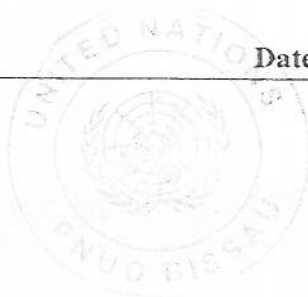


Tableau de suivi des indicateurs

Indicadores	Pontos de referência ¹	Meta prevista	Estado da meta	Comentários
<i>Produto 1 : Os decisores políticos aos níveis nacionais e regionais, assim como os quadros responsáveis pela gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis possuem conhecimentos científicos, jurídicos e comerciais ligados à gestão sustentável dos recursos naturais</i>				
<i>Indicador 1.1: Existência de termos de referência para o engajamento de um consultor de dois ateliês (destinados aos decisores políticos e aos quadros CAIA e SEA</i>	<i>Inexistência de termos de referência</i>	<i>Termos de referência por dois ateliês estão disponíveis</i>	Realizada	
<i>Indicador 1.2: Disponibilidade de uma lista de eventuais participantes de ateliê (destinados aos quadros da CAIA e SEA) estabelecido</i>	<i>Falta de difusão de informação</i>	<i>Uma lista de Quadros da CAIA e SEA (15 mínimo disponível</i>	Realizada	
<i>Indicador 1.3 Existência de um contrato de recrutamento de um animador de ateliê destinado aos quadros CAIA e SEA.</i>	<i>Inexistência de termos de referência.</i>	<i>Contrato de recrutamento de um animador é disponível</i>	Não realizada	<i>Pensou-se em realizar antes um estudo sobre a governance dos recursos naturais</i>
<i>Indicador 1.4 : Existência de um Plano de formação para os quadros da SEA/CAIA.</i>	<i>Inexistência de um Plano de formação.</i>	<i>Plano de formação para quadros da CAIA/SEA disponível</i>	Realizada	
<i>Produto 2 : As instituições encarregadas da gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis- CAIA, SEAT, DGFF, DGGM, DGRH e SEPRH- dispõem dum mecanismo de coordenação intersectorial e de instrumentos de base para uma melhor tomada de decisões.</i>				

¹ IL s'agit du niveau ou de la valeur de l'indicateur au début de l'intervention ou du projet

Indicadores	Pontos de referência ¹	Meta prevista	Estado da meta	Comentários
<i>Indicador 2.1 : Existência de termo de referência para engajamento de um consultor de avaliação da governancia ambiental.</i>	<i>Inexistência de termos de referência</i>	<i>Os termos de referência disponível</i>	Realizada	
<i>Indicador 2.2: Existência de um contrato de recrutamento de um consultor por avaliação da governancia ambiental</i>	<i>Inexistência de termos de referência</i>	<i>Um contrato de recrutamento de um consultor disponível</i>	60% Realizada	<i>O Consultor foi identificado, mas só estava disponível para Fevereiro de 2015</i>
<i>Indicador 2.3 : Existência de termos de referência para engajamento de um consultor para atualização de Guias Sectoriais de Avaliação de Impacte Ambiental e elaboração de Guia de Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação Economia Ambiental</i>	<i>Inexistência de termos de referência</i>	<i>Termos de referência disponíveis</i>	60% Realizada	<i>Falta de engajamento da CAIA em melhorar aspectos técnicos do TDR</i>
<i>Indicador 2.4 : Existência de um contrato de recrutamento de um consultor para engajamento de um consultor para avaliação e atualização de manuais de avaliação de impacte ambiental</i>	<i>Inexistência de termos de referência</i>	<i>Um contrato de recrutamento de um consultor disponível</i>	Não realizada	<i>Falta de engajamento da CAIA em melhorar aspectos técnicos do TDR</i>
Produto 3 e o Produto 4 foram Transferidos para o ano 2015 por causa do atraso verificado na iniciação do projeto				